

PROJETO DE LEI N° , DE 2008
(Do Sr. ANTÔNIO BULHÕES)

Acrescenta o art. 31-A à Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar estabelecimentos comerciais a informar a data de validade dos produtos em promoção.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei obriga estabelecimentos comerciais a informar a data de validade dos produtos em promoção, acrescentando o art. 31-A à Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 2º Fica acrescido, à Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o art. 31-A, com a seguinte redação:

“Art. 31-A. Os estabelecimentos comerciais deverão informar, de forma ostensiva, em impressos adequados, a data de validade dos produtos em promoção.

§ 1º Havendo mais de um item do mesmo produto, deverá ser informada, pelo menos, a data de validade do item mais próxima de expirar.

§ 2º A informação sobre a data de validade não poderá ser menor que 70% em relação ao anúncio do preço promocional. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Muitas vezes, hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres realizam promoções no sentido de diminuir os estoques de produtos com prazos de validade próximos de expirar.

Essa prática não é condenável, na medida em que pode vir a atender aos interesses econômicos de consumidores, principalmente daqueles com menor poder aquisitivo, que necessitam comprar produtos com preços mais acessíveis.

Contudo, essas promoções podem induzir o consumidor a adquirir erroneamente produtos que, em curto espaço de tempo, tornam-se impróprios ao uso ou consumo. Para que isso não ocorra, este projeto de lei cria o dever de os estabelecimentos comerciais informar, de forma ostensiva, em impressos adequados, a data de validade dos produtos em promoção.

Se houver mais de um item do mesmo produto, deverá ser informada, ao menos, a data de validade do item mais próximo de expirar, que não poderá ser menor que 70% em relação ao anúncio do preço promocional.

Cumpre lembrar que o descumprimento das normas de defesa do consumidor acarreta as penalidades já previstas no Código. Por essa razão, torna-se desnecessário acrescentar neste projeto de lei quaisquer dispositivos nesse sentido.

Espera-se que, com esta proposição, o consumidor possa adquirir, de forma consciente, produtos em promoção.

Dessa forma, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei, que tem como objetivo aprimorar a nossa legislação no que se refere à proteção do consumidor.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2008.

Deputado ANTÔNIO BULHÕES